

Alternativas de Desenvolvimento com as Mulheres por uma Nova Era-DAWN



Suplemento Especial para o **FÓRUM SOCIAL MUNDIAL**

Porto Alegre, 26 al 31 de janeiro, 2005

Nova análise da Rede DAWN: REFAZENDO O CONTRATO SOCIAL

No Fórum Social Mundial-2004 em Mumbai, a Rede DAWN teve a experiência de encontrar-se em meio a letrados e lemas que proclamavam a nostalgia de um paradigma que já se foi e a vacuidade amorfa de um mundo imaginado. Isto obrigou o reconhecimento de uma realidade que está em curso, na qual os níveis de envolvimento global, regional, nacional e local estão todos entrelaçados numa rápida mudança, de um modo frequentemente contraditório e confuso. Desta experiência, DAWN extraiu a inspiração para um novo livro novo (no prelo) sobre o contrato social feminista.

“Um outro mundo” não pode incentivar a si mesmo a fazer escolhas fundamentadas, puramente, em velhos antagonismos tais como Sul *versus* Norte, que já está sendo remodelado ou transcendido; nem através da esterilidade da dicotomia mercados/direitos; ou dos argumentos pró- e anti-globalização. Tendo isto em mente, o marco analítico do novo livro da Rede DAWN baseia-se na crítica e revitalização da idéia dos contratos sociais revistos pela lente feminista. Analisando as contradições e desigualdades do contrato social, a Rede DAWN está trabalhando para criar um espaço claro onde tudo aquilo que é de importância para as mulheres seja posto no terreno de luta.

Os contratos sociais existiram no passado, mas também há contratos sociais baseados no costume em algumas culturas e no mundo Islâmico um contrato social muçulmano está sendo formulado para desafiar o contrato ocidental. O contrato social moderno, como surgiu na Europa, foi gerado significativamente pelas disputas em torno do capitalismo. A estrutura moderna coexiste com arranjos anteriores e às vezes encontram-se em competição, às vezes em tensão como, p.e., na justaposição dos direitos individuais e coletivos.

Agora, em vários lugares, vemos estes contratos desfigurarem-se e fragmentarem-se. A “voz” do Sul e as lutas feministas dos últimos 20 anos têm procurado tornar patente os acordos relacionados aos direitos das mulheres. Diante da fratura do contrato social nós fomos provocadas a olhar criticamente para ele bem como os acordos, naquilo que eles não nos deram qual é a natureza de suas tensões e contradições.

A crítica do contrato social como individualista/masculinista/baseado na propriedade ou proprietário está correta, porém estamos nos movendo agora para uma era em que sistemas de acordos tanto entre Estados como a nível global são possíveis. A luta pelos direitos humanos e a noção de direitos, incluindo-se novos territórios como no caso de temas relativos à sexualidade e ao meio ambiente/sustentabilidade da vida cotidiana, foi se expandido através das nações na tentativa de se estabelecerem contratos sociais globais. Surgem perguntas preocupantes sobre como serão os novos acordos, onde as instituições estarão situadas para que os tornem possíveis.

Quais grupos serão incluídos, quais serão excluídos? Hoje é preciso engajar-se, é preciso identificar as conexões entre os lugares de disputa e oferecer uma compreensão sobre o que está em jogo como resposta ao velho hábito de planejar um futuro utópico.

Analisar o que está acontecendo, como os contratos estão quebrando, dá sentido ao que ocorre no nível global, uma vez que no nível nacional existem muitas respostas. Constatando que os contratos quebraram, um

Vem da P1... Contrato Sociais

número de outros jogadores entraram na cena para colher os cacos, incluindo-se os narcotraficantes como fornecedores globais de serviços. A capacidade do Estado para prover serviços e exercer autoridade tem diminuído, e sua legitimidade desgastada. As chamadas forças fundamentalistas, no mundo inteiro, crescentemente tem forçado a anulação e imposição de seu modo particular sobre os contratos sociais existentes – principalmente através de processos eleitorais/democráticos.

A disputa por um contrato social secular *versus* tradicional, religioso ou cultural é a luta pela igualdade de tratamento, porque formas da desigualdade estão impregnadas na tradição, na religião e na cultura. Os riscos e perigos para as mulheres são óbvios pois isto pode originar Estados fascista.

Ao mesmo tempo que existe um constante fazer

e refazer dos contratos sociais, temas fundamentais não estão sendo tratados. Uma premissa básica é que quando os contratos sociais não excluem as mulheres, estas são incluídas numa base desigual. Parte desta reconstrução dos contratos sociais tem que ser feita com a redefinição e elaboração dos movimentos sociais. As mulheres já têm, pouco a pouco, refeito e reelaborado o contrato social global de modo significativo, embora o movimento social global nem sempre reconheça isto. O novo livro da Rede DAWN tratará destes e outros temas e, também, do mapa das realidades em termos dos lugares estratégicos onde as disputas pela transformação do contrato social estão em jogo, num esforço para ampliar o marco das intervenções feministas e bem como outras – indo além dos constrangimentos da síndrome do “isto ou aquilo”.



Três contratos sociais elaborados séculos XIX

e XX foram significativamente erodidos no período de globalização. Explica Gita Sen da Rede DAWN:

1. *O contrato sobre o bem-estar social e a seguridade social.* Com o crescimento do capitalismo surgiram idéias de liberdade e igualdade, da quebra dos laços com o antigo regime. Porém, dificilmente o capitalismo é um sistema de igualdade e liberdade, de fato, foi responsável pela extrema exploração de trabalhadores nos primórdios da revolução industrial – uma contradição fundamental do contrato social. Na transformação do contrato social, há uma constatação de que o capitalismo não assegura emprego e sobrevivência para todas as pessoas, a menos que o Estado ou algo mais seja responsável e tenha os recursos para tal. A noção de seguridade social, e o papel do Estado em garanti-la, estava relacionada à idéia de sindicatos e sindicalismo. Isto esteve sob ataque, inclusive de instituições como a OIT. O bem-estar social tanto no Norte quanto no Sul está erodindo, no Sul a partir dos Planos de Ajuste Estrutural-PAEs e das instituições de Bretton Woods, ao passo que cortes já tinham sido iniciados com Reagan e a era Thatcher.

2. *O contrato de trabalho,* envolve acordos sobre as condições de trabalho e os direitos de trabalhadores, foi negociado com o apoio do Estado. Capitalistas podem explorar trabalhadores, porém existem limites, por exemplo com relação aos riscos de saúde e morte para os trabalhadores. Este segundo, é parte crucial do contrato social, também está sendo erodido pela globalização.

3. *O contrato Sul/Norte da era pós-colonial* negociado em torno da assistência ao desenvolvimento. A partir disto surgiram muitos dos organismos da ONU: PNUD, FAO, OMS, UNICEF etc., que se estabeleceram sobre um relacionamento que poderia ser considerado como uma reparação pela era colonial – culpa e atitude que todos puderam ganhar a partir desta ordem. Atualmente, isto foi dramaticamente erodido e fraturado, ao que se soma o declínio do poder da ONU. O discurso mudou: nós do Norte sabemos como manejar o dinheiro, garantir os direitos humanos para todas as pessoas e resistir a corrupção; o Sul precisa provar que é digno, que não é corrupto antes de receber financiamento. Esta mudança está relacionada com a quebra do contrato social, com o discurso público que fornece a racionalização e as desculpas para quebrar o contrato.

Todos os três contratos eram completamente enviesados por gênero: os contratos de trabalho entre trabalhadores e capitalistas eram sempre entre homens; o contrato social em torno do bem-estar social nunca prestou atenção às necessidades da economia do cuidado ou da reprodução social; e a assistência ao desenvolvimento do Norte para o Sul espelhou esta atitude, fornecendo ajuda para armas no lugar de outras necessidades. (Ver também: *Globalização no Século 21: desafios para sociedade civil*, conferência de Gita Sen, Universidade de Amsterdam, 1997)

Como muitos outros, DAWN é muito cética sobre as Metas de Desenvolvimento do Milênio-

MDM – MOLDADO PELO FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO E ECONÔMICO

MDM. Estivemos profundamente envolvidas nas Conferências da ONU da década de 1990, DAWN vê as MDM como uma perturbadora redução da abrangente agenda que emergiu destas conferências – nas quais as organizações de mulheres empregaram uma enorme energia para garantir a igualdade de gênero e os direitos humanos das mulheres, incluindo-se os direitos sexuais e reprodutivos, uma prioridade global legítima.

Esta drástica redução, em nossa visão, resultou da captura e erosão do desenvolvimento humano e das promessas de direitos humanos dos anos 1990 pelas tendências geopolíticas e econômicas negativas que varreram o mundo no começo do século XXI, particularmente após os eventos do 11/09 nos Estados Unidos.

A primeira vítima do estreitamento da agenda foi o conteúdo sobre direitos sexuais e reprodutivos como definido em Cairo e Pequim. Logo no início de 2001 – quando o guia sobre as MDM estava sendo elaborado –, sob a pressão do Presidente dos EUA, George Bush, estes direitos foram reduzidos ao tema da mortalidade materna e da infecção por HIV/AIDS. Entretanto, na primeira versão das MDM, as metas de gênero também eram “inaceitáveis” e mantidas no mínimo.

Ademais, nenhuma meta sobre direitos humanos foi definida, apesar do fato da Declaração do Milênio incluir forte linguagem sobre direitos humanos. Na Meta 8, por exemplo, cujo objetivo enfoca macro aspectos do desenvolvimento – ou seja, ambiente facilitador requerido para garantir o desenvolvimento humano e os direitos humanos –, não havia nenhum acordo para refazê-lo como uma “parceria”; o que significa “nós faremos isto se quisermos”.

Em dois anos, esta fórmula reduzida e limitada cristalizou-se na imaginação das pessoas nos níveis global e nacional. Apesar de tais limites, um vasto leque de instituições e atores sociais se engajaram nas MDM como uma plataforma política relevante. Na visão da Rede DAWN isto ocorre porque, por um lado, quem aceitou o atual marco neoliberal mas tornou-se impaciente com o passo e os resultados do novo regime de comércio considera que as MDM podem fornecer uma oportunidade para avanços nesta frente particular. Por outro lado, nós também

podemos identificar a impaciência de quem trabalha com a questão da pobreza e quer ver sua aplicação e resultados. Para estas pessoas – freqüentemente tecnocratas – a resposta está num reduzido e descomplicado conjunto de objetivos. Neste sentido, nós vemos as MDM como reflexo das soluções tecnocratas de um modo gerencialista da governança que está em voga (Marquetização da Governança), mesmo dentro da ONU.

Assim, as MDM fracassaram em manter a complexidade e as provisões integrais dos Programas e das Plataformas de Ação das conferências globais dos anos 1990 dos quais derivam. Além disto, nós duvidamos que mesmo como um marco minimalista tangível possam ser consideradas, dado o ambiente/marco geopolítico e macroeconômico atual.

Finalmente, nós acreditamos que para atingir a maioria das MDM depende da realização da Meta 3, Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres. O crescimento das chamadas forças religiosas fundamentalistas (Muçulmanas bem como Cristãs), e que se opõem aos direitos das mulheres, é um outro grande obstáculo à concretização das MDM atualmente. A deliberada exclusão das MDM do indicador básico dos direitos humanos e do empoderamento das mulheres simboliza a falta de sinceridade por parte de quem votou contra sua inclusão, bem como a luta que se tem adiante para a busca séria da igualdade, da equidade e do empoderamento das mulheres. Em resumo, a partir da perspectiva das mulheres, o contexto das MDM está marcado pelos demônios gêmeos do fundamentalismo o econômico e o religioso.

E não menos importante, apesar das muitas limitações, as MDM estão rapidamente sendo internalizadas por um grande número de

instituições – incluindo governos – assim como um grande número de ONGs, corporações transnacionais e empresas nacionais que as utilizam de maneira instrumental para adquirir recursos financeiros e poder político, e em alguns casos “limpar a imagem”.

Mas na visão da Rede DAWN há outros ângulos no caleidoscópio das MDM que devem, também, ser examinados.

Nós não podemos rejeitar inteiramente o fato que, atualmente, nos níveis global e nacional, as MDM oferecem uma estrutura comum e consensuada com objetivos mensuráveis e indicadores de progresso, ao redor da qual governos, agências da ONU, instituições financeiras internacionais e sociedade civil podem estar reunidos, e em relação as quais os governos devem ser responsáveis. (Relatório do International Council for Research on Women, ICRW, Grupo de Trabalho Meta 3, “Promessas a Manter”).

No caso dos países menos desenvolvidos e pesadamente em débito as MDM rapidamente se tornarão o principal marco para canalizar os recursos estrangeiros da assistência ao desenvolvimento e dos programas para o desenvolvimento. Mas mesmo países de renda mediana, que não são tão dependentes da AOD, estão gradualmente incorporando as MDM como marco referencial para o planejamento nacional.

É verdade que em sua primeira versão as MDM foram inaceitavelmente reduzidas a um mínimo denominador comum, mas desde 2001 muita pressão foi feita pelas várias Forças Tarefas que trabalham em colaboração com o Projeto Desenvolvimento do Milênio, coordenado por Jeffery Sachs, no sentido de ampliar o marco e restaurar o que foi destruído. A Força Tarefa sobre Gênero e Saúde Materna – grupos que contaram com feministas compromissadas – trabalharam duramente nessa direção. Muito concretamente foram capazes de re-introduzir no relatório final de Sachs os elementos nucleares das agendas de Cairo e Pequim. Ainda que limitações, vieses e imperfeições possam ser identificados em outras áreas do relatório de Sachs, nós não devíamos “jogar o bebê com a água da banheira” e rejeitar

estas “soluções”.

À luz disto, uma avaliação crítica sistemática das MDM oferece uma oportunidade para as feministas sublinhar e disseminar essas limitações, especialmente em relação a Meta 3, Meta 5 e Meta 8, assim como criar novas estratégias e meios de pressionar os governos para atingir a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres de maneira efetiva. (ICRW *ibid.* Como um corpo consultivo independente, ICRW vai sugerir novos objetivos e indicadores que possam, de modo mais acurado, medir o progresso na direção da Meta 3, bem como uma abrangência maior das intervenções e estratégias para alcançar a meta. ICRW solicitou insumos de grupos de mulheres e outros no sentido de maximizar esta oportunidade. Veja em <http://www.icrw.org>)

Para a concretizar todas as metas (com a exceção da última) é absolutamente crucial considerar os aspectos da reprodução biológica e social, igualdade e empoderamento das mulheres. Assim, trabalhar sobre as metas oferece as mulheres uma oportunidade estratégica para engajar-se no diálogo sobre a política em torno das metas que vieram ocupar uma posição privilegiada nos processos de planejamento socioeconômico e em diálogos entre governos e financiadores. Em resumo, até que ponto a subordinação e a exploração das mulheres representa uma barreira importante à realização da maioria das metas e objetivos, as MDM podem ser uma ferramenta para cobrar transparência e responsabilidade tanto das agências financiadoras como dos governos.

DAWN também reconhece que organizações de mulheres ao redor do mundo podem considerar que é possível ou mesmo necessário engajar-se nas MDM nas circunstâncias específicas em que elas operam. Diante disto, pensamos que é vital:

- Sistemáticamente denunciar e criticar as limitações das MDM sempre que elas forem apresentadas de forma minimalista. Acima de tudo, focar os imperativos dos direitos humanos, especialmente dos direitos sexuais e reprodutivos, como pedra angular de qualquer programa eficiente para combater a disseminação do HIV/AIDS.
- Constantemente lembrar as pessoas que as

metas devem ser ampliadas. Entendemos que mesmo no caso dos países pobres é possível, e necessário, ampliar a agenda das MDM. Chamar atenção para o fato de que as metas estão intrinsecamente relacionadas e interdependentes. E não podem ser implementadas aos poucos, nem no plano global nem no nacional.

• **Asseverar que cada meta – incluindo a Meta 8 – tem que contemplar a transversalidade de gênero**, e que a igualdade de gênero é central na promoção do desenvolvimento humano, da justiça social e de gênero.

Tornando as MDM Transparentes e Responsáveis

1. Um dos problemas com objetivos globais é que eles não são apropriados nem facilmente aplicáveis a todas as pessoas. Cada país e/ou região deve identificar indicadores e planejar estratégias que correspondam aos recursos e capacidades disponíveis.

2. Entretanto, no nível global, as MDM permanecem como uma agenda relevante na ONU, assim nós entendemos que:

a) Os países podem e devem expandir a agenda (metas, indicadores, etc.) para ser consistentes com os acordos das conferências dos anos 1990, particularmente em relação à Agenda 21 das Mulheres (Rio, 1992); aos direitos humanos das mulheres, incluindo violência contra as mulheres (Viena, 1993); ao marco de saúde e direitos sexuais e reprodutivos (Cairo, 1994 e Pequim, 1995); e às agendas das conferências sobre Assentamentos Humanos (Istambul, 1997), e Alimentação (Roma, 1998) e Racismo (Durban, 2001).

b) Para as mulheres, a Plataforma de Ação de Pequim com suas doze Áreas Prioritárias, deve permanecer como texto base. Elas cobrem todas as metas, e inclui áreas críticas como violência contra as mulheres e direitos sexuais e reprodutivos, que foram omitidas das MDM.

c) As metas estão inter-relacionadas, mas em alguns contextos pode ser útil ou necessário priorizar aquelas que são particularmente importantes para seu país ou região. Por exemplo, em alguns países HIV/AIDS e pobreza são ameaças importantes ao bem-estar das mulheres; em outros, como p.e. os países em guerra ou os campos de refugiados, especial atenção tem que ser dada à fome e violência. De qualquer modo, diferentes redes podem enfocar distintas metas enquanto se asseguram as conexões com as demais. Assim, coalizões ou alianças podem ser construídas para garantir a ampliação da agenda e a cobertura de todas áreas críticas.

d) Cuidadosa atenção deve ser dada a esses países, particularmente aos menos desenvolvidos e àqueles sob o PRSP (Textos do Banco Mundial sobre Estratégias para Redução da Pobreza), nos quais as MDM serão o único marco pelo qual os fundos da AOD serão canalizados depois 2005.

e) As feministas não devem deixar que o rolo compressor das MDM esmaguem o que foi conquistado anteriormente. Ao contrário, devemos ser críticas quanto ao processo em torno das MDM, tanto nacional como internacionalmente. Isto não significa a exigência de engajamento intenso como fizemos nas conferências dos anos 1990. Mas mesmo com certa distância nós podemos desenvolver uma crítica radical sobre as MDM. Mais importante é empregar toda energia e atenção na Comissão para o Status das Mulheres (CSW) em 2005, porque nossa capacidade de engajamento crítico no processo das MDM está condicionada à forte reafirmação de Viena, Cairo e Pequim.

f) Nesta perspectiva, toda informação disponível sobre o processo das MDM deve ser constantemente disseminada, o relatório Sachs – assim como os relatórios dos países – devem ser lidos e revisados

Uma Perspectiva Feminista sobre As Pequenas Ilhas-Grandes Apostas

Por Joan Grant-Cummings, que representa a Rede DAWN no processo dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID). Em preparação à reunião de revisão dos 10 anos do Plano de Ação de Barbados (PAB), 10-14 janeiro de 2005, que será antecedida pelo Fórum da Sociedade Civil, 6-9 janeiro, ela tem defendido fortemente a necessidade dos governos dos PEID, como Estados pós-coloniais, na reelaboração dos contratos sociais conforme eles haviam se comprometido junto às suas comunidades.

Analisando a atual situação global e a atitude com os PEID, é como se a comunidade internacional tivesse decidido que eles são “consumíveis” e qualquer contrato global, como algo descartável, não é digno de valer a pena. Um testemunho de resistência e tenacidade das pessoas vivendo nos PEID é que 70% do trabalho de implementação do PAB foi empreendido, na verdade, por conta própria, à custa de outras prioridades críticas. O rompimento do contrato social para comprometer a AOD na assistência aos PEID para mitigar os efeitos da mudança climática e da elevação do nível do mar, causado pelas atividades das nações altamente industrializados, lhes custou muito caro. Enquanto gastam seus escassos recursos nisto, programas de desenvolvimento social estão à míngua.

A debilidade do apoio aos direitos de trabalhadores (outro contrato global quebrado) e o declínio do sindicalismo no mundo,

crescentemente reduz os padrões de emprego e segurança entre trabalhadores, conduzem a um agravamento das condições de trabalho e seguridade social. Nos PEID, onde as pessoas já lutam para ter e controlar recursos limitados, torna-se ainda mais difícil combater as corporações que usam o sistema de regras parcial, baseado na OMC, para compelir governos. O impacto expressa-se na queda do padrão e da qualidade de vida das pessoas que vivem nestes países insulares.

Em muitos PEID, a segurança pessoal das pessoas piorou com o crime e violência relacionados ao narcotráfico e houve um incremento de armas de pequeno porte e uso de munição. Com o encolhimento dos “meios tradicionais” de “ganhar a vida”, as pessoas tornaram-se mais vulneráveis ao recrutamento do comércio ilegal e do tráfico. A juventude diante das adversidades, e alimentada por uma cultura pop “Americanista” e pela cultura “Bling-Bling”

continua P7

da página anterior

- criticamente a fim de identificar imperfeições e limitações; eventualmente – quando e se houver acordo entre um grande número de organizações – nós podemos preparar consistentes relatórios sombra baseados nas relações de gênero para tornarem-se públicos na Revisão da Cúpula do Milênio, em setembro de 2005.
- g) Também é crucial observar de perto o “processo político na ONU”, os atuais ataques ao Secretário Geral bem como as propostas de Reforma da ONU.

- h) Finalmente – como outros rolos compressores do passado –, as MDM são temas políticos e nunca serão atingidas se tratadas puramente por meios e intervenções técnicas. Nenhuma questão sobre bons indicadores, estatísticas rigorosas, nada poderá ser alcançado se as lutas políticas não enfocarem as bases estruturais das desigualdades econômicas e sociais, assim como as tendências religiosas e culturais que impedem a igualdade de gênero e os direitos humanos das mulheres.

Nos PEID como a Jamaica, o fenômeno de formação de “Estados paralelos” também deitou raízes. Como as pessoas perdem a confiança no governo “formal” e suas estruturas, elas são levadas, muitas vezes involuntariamente, a participar destas estruturas de “neo-governo”. A promessa de alimentação, abrigo, “justiça”, “segurança”, acesso à educação e outros “serviços” tem provado ser bastante atraente.

Enquanto estes contratos sociais com novos líderes são essencialmente injustos, as pessoas experimentam um sentido de traição por parte de governos incapazes de proteger seus direitos, suas vidas e sua sustentabilidade do assalto, aparentemente irremediável, de forças globais incontroláveis. Muitos ativistas nomearam esta experiência como “neo-colonialismo” e uma forma mais nuançada de racismo e supremacia branca.

Para as mulheres, isto tem implicações particulares. A violência contra as mulheres em muitos PEID tem aumentado; o fundamentalismo cristão e outros são um negócio em crescimento em alguns países, e a posição das mulheres dentro desta estrutura é extremamente desigual; há

aumento do comércio de sexo com mulheres de todas idades que lutam por sobrevivência; há o incremento da contaminação por HIV/AIDS entre mulheres jovens; e o número de mulheres desempregadas em alguns PEID (como Jamaica) é o dobro dos homens, mesmo quando as mulheres têm mais anos de estudo.

Temas Emergentes

Ao lidar com o tema emergente do HIV/AIDS, não apenas obriga os PEID a tratar com questões nacionais como estigmatização e homofobia, as quais a maioria dos governos abdica de qualquer responsabilidade em termos de direitos humanos; mas também com a condicionalidade da “abstinência” como elemento central de qualquer trabalho de educação, imposta por financiadores-chave para os programas de prevenção e tratamento, o que tem provado ser uma barreira. Aqui outra vez os fundamentalismos buscam exercer influência e controle.

Ataques à identidade cultural de muitos dos PEID também são temas emergentes, especialmente no tocante a exploração cultural por

para P8

Na Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cúpula da Terra), em 1992, mais de 40 Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento localizados nas regiões do Caribe, Pacífico, Oceano Índico/Atlântico/Mediterrâneo/Mares do Sul da China, convenceram os Estados-Membros da ONU que face a desafios específicos exige-se soluções particulares. Suas vulnerabilidades incluem a distância, economias pequenas e extrema sujeição a choques externos tal como desastres naturais e àqueles referentes à economia global. Uma Conferência Global da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares foi realizada em Barbados em 1994, e um Programa de Ação, chamado Programa de Ação de Barbados (PAB) foi acordado.

Desde que 1994, muitas coisas mudaram globalmente, com particular impacto sobre os PEID. No PAB, país desenvolvido se comprometeram a atuar em parceria com os PEID para aliviar e mitigar as vulnerabilidades, incluindo-se aquelas provocadas por eles mesmos como a poluição que causa mudança climática e eleva o nível do mar. Mas logo após a reunião de 1994, com a criação da Organização Mundial do Comércio introduziu-se um novo regime internacional de comércio que, essencialmente, favorece as nações “desenvolvidas”. A natureza desigual e anti-democrática inerente à OMC teve consequências para a maioria dos PEID.

Para agravar a situação, o Pacto África/Caribe/Pacífico, assim como o Acordo de Cotonou, representam um certo desastre para as vidas e a sustentabilidade cotidiana das pessoas mais vulneráveis nos Estados Insulares, trabalhadores rurais, mulheres, jovens e trabalhadores sem profissionalização, que são mais afetadas.

da página anterior

agentes externos: por exemplo o seqüestro de plantas nativas e alimentos, bem como as vendas de música como o reggae jamaicano que beneficiam, principalmente, a economia dos países desenvolvidos. Para a juventude isto é uma questão-chave, uma vez que a indústria cultural é o seu meio de sustento.

Os PEID continuam tendo que justificar seu status especial. Na hiperativa estação de furacões, que afetou o Caribe em 2004, demonstrou como as vulnerabilidades dos PEID estão sujeitas aos choques externos – não apenas pelo clima mas também pelos temas financeiros e do comércio internacional. No processo preparatório para a reunião de janeiro, os PEID incluíram na agenda comércio, HIV/AIDS, crime e violência, narcotráfico, cultura e propriedade intelectual. A sociedade civil também acredita que especial atenção é necessária para gênero e juventude, governança, sustentabilidade da vida cotidiana, segurança e soberania alimentar, fuga de cérebros e perda de recursos para o Norte.

O marco da sociedade civil dos PEID inclui os conceitos de reconstrução do contrato social entre as pessoas e os governos, e envolve:

Ø Participação significativa das comunidades na gerência de recursos naturais dos PEID para favorecer uma maior equidade no interior de suas sociedades – Educação e formação de capacidades para promover o desenvolvimento sustentável;

Ø A equidade social – crianças, pessoas pobres, mulheres, trabalhadores rurais, pescadores e outros grupos sujeitos a exclusão precisam ser considerados especificamente nas esferas de decisão;

Ø Inclusão das comunidades rurais, em áreas remotas, semi-urbanas e urbanas, bem como “ocupantes ilegais” na implementação e monitoramento dos processos;

Ø Boa Governança – planejamento integrado, implementação, monitoramento e avaliação entre todos os níveis com a inclusão das organizações da sociedade civil;

Ø Processos de Desenvolvimento centrado nas pessoas para facilitar o desenvolvimento comunitário – usando um marco baseado em

direitos para o desenvolvimento de habilidades, intensificar e incrementar o conhecimento básico, novas formas de educação e treinamento a fim de promover auto-confiança, independência e sustentabilidade da vida cotidiana;

Ø Transparência, Responsabilidade e Prestação de Contas – processos inclusivos e abertos, acesso à informação, participação nas avaliações do ambiente e outros processos de maneira a promover e respeitar todos os elementos das sociedades dos PEID nas tomadas de decisão pelos governos e órgãos do Estado;

Ø Desenvolvimento de Parcerias baseadas na equidade – criação e fortalecimento de parcerias equitativas com governo e órgãos do Estado, agências inter-governamentais e outros atores, bem como o setor privado, os parceiros internacionais, a diáspora.

Os governos dos PEID têm que reconhecer que seu primeiro compromisso é garantir que as pessoas possam desfrutar de seus inerentes direitos. O direito às necessidades básicas tal como água, saneamento, acesso à educação e aos serviços de saúde, habitação adequada, o direito ao desenvolvimento, o direito de viver suas vidas livre de discriminação, violência e outras injustiças.

A fim de recuperar esta agenda, os governos dos PEID devem refazer os contratos sociais que eles juraram empenho para tal, como Estados pós-coloniais recentemente independentes, como entidades que governam a si mesmos. Um barômetro disto será o status das mulheres dentro destes Estados bem como a garantia de uma substancial igualdade das mulheres.

Recursos na web sobre a Reunião dos Pequenos Estados Insulares:

<http://www.un.org/smallislands2005/>

<http://www.runic-europe.org/portuguese/ecosoc/smallislands/mauritius.html>

<http://www.sidsnet.org/index.html>

<http://www.islandyouth.org/index.html>

<http://www.un.org/works/smallislands/index.asp>

[traduzido por Magaly Pazello]

